

Relevância: lógica e cognição

JORGE CAMPOS

PUCRS (Brasil)

I. CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

A emergência das ciências cognitivas a partir da Segunda metade deste século possibilitou a intensificação das investigações sobre Lógica, Cognição e suas relações recíprocas. Ainda que, na tradição de Frege/Russell, a Lógica tenha sido depurada de todas as suas matizes psicológicas para enraizar-se completamente no interior da matemática, o direcionamento formal moderno que atingiu a pesquisa nas ciências naturais reabriu, dentro de outra perspectiva, legítimas possibilidades para o binômio Lógica e Cognição. A noção de forma lógica em Chomsky (1995), de modelos mentais em Johnson-Laird (1983), de linguagem do pensamento em Fodor (1975) ilustrou a proximidade produtiva das duas referidas áreas no contexto das ciências cognitivas contemporâneas.

O texto que se segue aborda um tipo de investigação que se insere dentro do contexto das ciências cognitivas na direção anteriormente mencionada. Trata-se do exame dos fundamentos lógico-cognitivos da Teoria da Relevância tal como apresentada e defendida por Sperber&Wilson (1986).

1. COMUNICAÇÃO: CÓDIGO E INFERÊNCIA

A comunicação humana caracteriza-se como um fenômeno de extrema complexidade e que resiste a uma abordagem teórica rigorosa dado o conjunto de propriedades heterogêneas que a constitui. A tradição tem privilegiado dois grandes modelos de pesquisa sobre o fenômeno comunicacional: o semiótico, de origem nos trabalhos de Peirce no final do século passado, início deste, e o modelo de códigos a partir da proposta de Shannon e Weaver no final da década de 40. Ainda que diferentes em suas pretensões – o quadro peirciano é de natureza mais epistemológica em oposição ao caráter mais comunicacional do modelo de Shannon e Weaver – ambos parecem depender essencialmente da noção de código, ou de um sistema de conhecimento mútuo ou compartilhado. Sperber & Wilson (1986,1995) reconhecem a potencialidade teórico-explanatória da noção de código, mas recusam-lhe qualquer perspectiva de modelar completamente a comunicação humana. Para eles, tudo se origina da metáfora clássica de que a linguagem transporta conteúdos de um interlocutor para outro, quando isso não passa de uma explicação mais literária do que científica.

De fato, além de a noção de conhecimento mútuo ser inescapavelmente circular, ela não é uma condição suficiente, embora provavelmente necessária, para explicar a atividade comunicativa humana. Ou seja, mesmo que a comunicação pareça depender, inevitavelmente, de algum tipo de conhecimento comum, a forma como tal conhecimento aumenta situa-se fora do modelo de códigos e completamente não elucidada por ele. Tal modelo, sem dúvida, parece insensível a um processo absolutamente indiscutível na rota para a evolução do conhe-

cimento através da comunicação, o processo inferencial. Diante de uma mensagem M de A, B decodifica M em sua forma, mas, fundamentalmente, infere dela e de sua inserção no contexto C, muito mais do que aquilo que é literalmente explícito. Em outras palavras, o modelo de códigos é restrito à codificação e decodificação, processos que representam, em última análise, apenas uma parte do mecanismo mais geral que regula a comunicação e que caracteriza o raciocínio inferencial dos interlocutores em jogo. Isso, finalmente, conduz, de maneira indiscutível, à conclusão de que a teoria de códigos não só é parcial na explicação do fenômeno a que se refere como, possivelmente, deva ser entendida como apenas uma parte constituinte de um modelo inferencial mais adequado descritiva e explanatoriamente.

2. INFERÊNCIA: LÓGICA E RACIOCÍNIO PRÁTICO

Dado que o processo inferencial passa a ser constitutivo e até gerenciador do ato comunicativo humano, a próxima questão passa a ser como modelá-lo. À primeira vista, o primeiro candidato, ou postulante natural para fazê-lo, é a lógica de predicados de primeira ordem que, tradicionalmente, tem servido para abordar a forma lógica da inferência num ambiente matemático-demonstrativo. Há, entretanto, diferenças essenciais entre a inferência do ambiente lógico e a operação análoga do cotidiano. Antes de mais nada, a função da primeira é sua subserviência à demonstração, enquanto parte constitutiva da prova, objeto próprio da matemática como ciência formal, ao passo que a inferência do dia-a-dia parece muito mais ligada ao fenômeno da compreensão das intenções comunicativas dos interlocutores. Se isso é verdade, então os sistemas da Lógica Standard não são, exatamente, os parâmetros mais adequados para modelar o raciocínio inferencial prático. Trata-se de construir um tipo de teoria que seja, ao mesmo tempo, compatível com os padrões lógicos do cálculo de predicados sem perder os mecanismos que possam explicar a inferência, diríamos, não-trivial ou prática da comunicação diária. Se a primeira se caracteriza como local, precisa, controlada por regras explícitas e demonstrativa, a segunda apresenta-se como global, adequadamente frouxa, controlada por princípios cognitivos e a serviço da compreensão. Não se julgue, entretanto, que por causa disso, a dedução, processo básico da lógica de predicados, não cumpra um papel importante no raciocínio diário. Ao contrário, se Sperber e Wilson estão corretos, um certo tipo de mecanismo dedutivo é absolutamente indispensável na comunicação rotineira. Na verdade, o que parece problematizar a possibilidade de se interpretar a inferência prática como de natureza dedutiva é o fato de que o raciocínio rotineiro parece seguir-se de suposições de vários tipos e obtidas de variadas fontes. Assim, de uma proposição tida como verdadeira, mais uma observação visual, mais uma recordação de natureza auditiva, por exemplo, B poderá inferir dedutivamente a conclusão K de maneira semelhante ao que acontece na forma padrão de uma prova no cálculo lógico. As diferenças superficiais, no entanto, sugerem que o processo acima descrito não deva ser caracterizado tipicamente como uma dedução. Para Sperber e Wilson, entretanto, isso seria desperdiçar a força analógica entre as inferências propriamente lógicas e os raciocínios cotidianos por um certo preciosismo teórico improdutivo. Em outras palavras, trata-se de considerar que, embora o modelo dedutivo não seja suficiente para descrever a complexidade da inferência prática, parece necessário para que a explicação de como ela funciona seja conseguida. Caracterizemos, sob forma de exemplo, o que afirmamos.

Suponha uma situação comunicativa como a que ocorre entre A e B num contexto C.

Contexto C: A e B já decidiram há algum tempo atrás não almoçar num restaurante onde a presença de moscas e um cheiro forte de gordura tornava o ambiente desagradável.

Dias depois, na tentativa de achar um outro restaurante, A diz para B ao observar da porta características semelhantes ao do primeiro:

Você está pensando o mesmo que eu?

Ao que B responde:

Sim

Iniciando-se o movimento para retirar-se.

A questão crucial é a seguinte:

Como B sabe o que A está pensando?

Uma hipótese razoável é a de que B viu moscas, sentiu cheiro de gordura e lembrou-se da decisão tomada diante do primeiro restaurante, concluindo, então, que A está pensando em retirar-se. O problema com tal hipótese é a de que a natureza do processo inferencial envolve, como se disse antes, suposições ou *inputs* de natureza diversa. Como modelar tal processo se a dedução é um mecanismo que opera com elementos, a saber proposições, de natureza homogênea. Além disso, como explicar que, diante de um conjunto virtual de suposições, já que elas não foram explicitadas, B relaciona exatamente aquelas de que depende para a conclusão sobre o que A pensa e não outras?

Se a cognição humana deve ser entendida, então é possível que devamos supô-la constituída a partir de módulos. Realmente, a hipótese de enfrentá-la como um todo organizado implica modelá-la em suas micro-organizações, ou módulos. Além disso, se adotássemos a premissa de supô-la em sua totalidade, isso, na verdade, se tornaria muito mais um obstáculo metodológico do que propriamente uma suposição produtiva. A modularidade da mente representa, na verdade, uma possibilidade de reduzir-se o conjunto de fenômenos de alta complexidade e variedade a subconjuntos identificados pela homogeneidade de suas propriedades. Se tais módulos são *inputs* no sentido de Fodor (1981), de representações como em Jackendoff (1997), ou ainda caracterizados por propriedades inatas como módulo da linguagem em Chomsky (1995), isso caracteriza, apenas, roteiros diferentes para a mesma base metateórica, a saber, o compromisso de mapeamentos entre descrições da mente e descrições do cérebro. Poucos admitiriam, hoje, especialmente na tradição norte-americana, que se supusesse um dualismo de base a sustentar um objeto-mente construído sem compromissos com as perspectivas neurocientíficas. Nesse sentido, a proposta de Sperber e Wilson assume uma concepção de mente/cérebro compatível, em certa medida, com a visão fodoriana, supondo a especificidade e encapsulamento dos módulos tomados como *inputs*. A forma, contudo, como Sperber e Wilson compreendem o processo inferencial, vai bastante além do que o modelo de Fodor suporta. De fato, para Fodor, é praticamente impossível assumir-se o risco de uma teoria sobre sistemas centrais sem sucumbir, como no caso da ciência, à intervenção de fatores externos, variados e incontroláveis. Mas, para Sperber e Wilson, a inferência prática é exatamente uma propriedade que pode ser identificada no sistema central e um instrumento, ainda que restrito, para avançar no entendimento de como a cognição humana funciona. Realmente, parece claro que, se não se supuser a atividade do sistema central como operando, através de representações conceituais, sobre a especificidade dos módulos, fica-se absolutamente limitado para tratar do mecanismo inferencial à medida que a inferência pode representar uma operação sobre suposições extraídas de *inputs* diversos. Sperber e Wilson, nesse aspecto, antes de qualquer opção, adotam, praticamente, a única alternativa disponível se se quer teorizar sobre

como é que as pessoas raciocinam sobre o que vêem, ouvem, lembram, etc., ao mesmo tempo. A idéia básica, então, passa a ser a de que deve existir um princípio diretriz, talvez inato à cognição humana, que organiza as atividades da mente/cérebro em suas operações inferenciais. Tal princípio é o da relevância, ou seja, o de que toda a comunicação humana desejada ostensivamente carrega em si mesma a pressuposição de relevância ótima, a saber, de que se orienta na direção do máximo efeito contextual para o mínimo custo operacional. Isso, evidentemente, tem como consequência que a noção de relevância está presa a uma propriedade de grau. O efeito contextual é maior ou menor e o custo operacional, da mesma forma. De qualquer maneira, se a cognição humana é suposta como tendendo por natureza para o aumento do conhecimento e se a todo momento deve decidir qual caminho seguir para obedecer à sua tendência natural, então, é razoável supor-se que haja um princípio que coordena as atividades comunicativas sob pena de a ação humana, não sendo uma conjunção de esforços, representar a produção de obstáculos à tendência da natureza, o que seria, provavelmente, uma hipótese de difícil justificção.

Se esse quadro é descritivo e explanatoriamente adequado, então, dado o exemplo citado, a conclusão de B supõe que A esteja sendo o mais relevante possível e que A, portanto, deve estar pensando em retirar-se do restaurante à medida em que, não fosse esse o caso, as moscas presentes e o cheiro de gordura que já tiveram importância para uma escolha de restaurante anteriormente, estariam sendo ignoradas ou deslocadas a um plano secundário por A, o que só seria razoável se um fato novo, que B não percebe, estivesse em jogo. Mas, nesse caso, A, provavelmente, deveria ser mais ostensivo, não o sendo, oportuniza a B, através de seu sistema central, reorganizar, sob forma de representações conceituais, os *inputs* diversos em jogo e guiado soberanamente pela noção intuitiva e, talvez, inata da relevância, chegar à intenção comunicativa que determinou, a ele A, a ostensividade de seu ato comunicativo. É claro que o desempenho comunicacional de A e B poderia falhar, ser carente ou distorcido de relevância, sofrer uma pane local, etc., quando, então, o fracasso da interatividade ocorreria. Mas isso, de fato, diria respeito a acidentes de desempenho que não trariam nada de relevante para uma teoria da relevância da competência comunicativa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- Chomsky, N. 1995. *The Minimalist Program*. Cambridge MA, MIT Press.
- Fodor, J. 1975. *The Language of Thought*. England: The Harvester Press.
- Jackendoff, R. 1997. *The Architecture of Language Faculty*. Cambridge, MA., MIT Press.
- Johnson-Laird .1983. *Mental Models*. Cambridge, MA, Harvard University Press.
- Sperber, D.; Wilson, D. 1986. *Relevance, Communication and Cognition*. Cambridge, MA, Harvard University Press. 2nd edition (1995).